



HOMENAGEM ÀS

MULHERES

Mulheres assumem cada vez mais funções antes só ocupadas pelos homens, como as da área metalúrgica



Muito a comemorar e ainda muito a conquistar

08 de março ficou conhecido internacionalmente como o Dia da Mulher. Nessa mesma data, no ano de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos localizada em Nova Iorque se uniram e fizeram uma grande greve, com o objetivo de conquistarem melhores condições de trabalho, como a redução da carga diária de dezesseis para dez horas e a equiparação de salários com os homens.

A ação, porém, foi reprimida com um ato desumano e muito violento. Centenas delas foram presas na própria fábrica e incendiadas, resultando na morte de pelo menos 130 tecelãs.

Mais do que comemorar então, o dia 08 de março, oficializado pela

ONU somente em 1975, tem o objetivo de discutir e conscientizar a população mundial, já que muito tempo se passou desde a morte das operárias, mas ainda hoje as mulheres são desvalorizadas e desrespeitadas de diversas maneiras.

Após centenas de anos de lutas, com avanços na legislação e espaços abertos para debates, as mulheres mães, esposas e trabalhadoras seguem em frente e se desdobram na jornada diária, ocupando posições, ofícios e reconhecimentos antes inimagináveis.

Determinadas, elas passam por cima de toda pressão e desvantagem social existentes. Afinal, “muito já foi conquistado, mas ainda há muito para ser modificado nessa história”.

**UMA HISTÓRIA
MARCADA PELA
SUPERAÇÃO**

PÁGINA 2

**LEI MARIA DA
PENHA: UM
GRANDE PASSO**

PÁGINA 3

**OS ESFORÇOS DOS
SINDICATOS EM BUSCA DA
IGUALDADE DOS GÊNEROS**

PÁGINA 4

UMA HISTÓRIA MARCADA PELA SUPERAÇÃO

Na história da mulher, muitas foram as conquistas que se transformaram em verdadeiros marcos na batalha pela igualdade. Confira abaixo algumas delas:



Princesa Isabel

1800 a 1900

Em 1827 surge a primeira lei sobre educação das mulheres, permitindo que elas frequentassem as escolas elementares. Mais tarde, em 1879, elas também têm autorização do governo para estudar em instituições de ensino superior, mesmo sendo criticadas ao seguirem tal caminho e, em 1888, a Princesa Isabel assina a Lei Áurea, ato pioneiro da mulher na política brasileira.



Operárias

1905 a 1932

Em 1907 ocorre a greve das costureiras que lutavam pela redução da jornada de trabalho para 8 horas/dia, e em 1910 o Partido Republicano Feminino é fundado por mulheres, que tinham o objetivo da mobilização pelo direito de votar. Anos mais tarde, em 1917, elas passam a integrar o Serviço Público e três anos depois é conquistada a igualdade salarial para operárias e operários. Já em 1928, as mulheres conquistam o direito de disputar oficialmente provas olímpicas, e assim, em 1932, a nadadora paulista Maria Emma Hulda Lenk torna-se a primeira atleta sul-americana a participar de tal competição. No mesmo ano é, enfim, instituído o voto feminino.



Rachel de Queiroz

1933 a 1980

Em 1933 Carlota Pereira Queiroz é eleita a primeira deputada para a Assembleia Constituinte, assim como em 1979 Eunice Michilles torna-se a primeira mulher senadora. Em 1960 um novo impulso chega com a criação da pílula anticoncepcional, e em 1962 o então presidente João Goulart sanciona a Lei 4.121, que ampliava os direitos da mulher casada no Brasil. Mais tarde, em 1977, é aprovada a Lei do Divórcio e criada a Delegacia de Defesa da Mulher. No mesmo ano, a escritora Rachel de Queiroz torna-se a primeira a ingressar na Academia Brasileira de Letras.



Júnia Marise

1983 a 1990

Em 1983 surgem os primeiros conselhos estaduais da condição feminina e, no mesmo ano, o Ministério da Saúde cria o PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a primeira Delegacia de Atendimento Especializado - DEAM (SP). Já em 1988 a Constituição Federal garante igualdade de direitos e obrigações a todos os brasileiros, e em 1990 Júnia Marise é eleita a primeira mulher para o cargo de senadora, assim como Zélia Cardoso de Mello torna-se a primeira ministra do Brasil.



Zélia Cardoso de Mello

1994 a 2000



Roseana Sarney

Em 1994 Roseana Sarney é a primeira mulher eleita governadora de um estado brasileiro: o Maranhão. Dois anos depois o Congresso Nacional inclui o sistema de cotas na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. No mesmo ano, a escritora Nélida Piñon é a primeira mulher a ocupar a presidência da Academia Brasileira de Letras. Já em 2000 ocorre a nomeação da primeira brasileira ao posto de ministra do Supremo Tribunal de Justiça: Eliana Calmon Alves.



Eliana Calmon Alves

2001 a 2011



Lygia Bojunga

Em 2001 o Código Penal é acrescido de artigo referente ao crime de assédio sexual, e em 2002 é aprovado o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Um ano depois, em 2003, é criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e em 2004 é entregue o maior prêmio internacional de Literatura (o Prêmio Astrid Lindgren) à escritora brasileira Lygia Bojunga. A Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher é sancionada em 2006 e recebe o nome de Lei Maria da Penha, tornando o Brasil o 18.º país da América Latina a ter uma lei específica para esses casos. E em 2011 Dilma Rousseff, do PT, é eleita a primeira mulher presidente do Brasil.



Dilma Rousseff

Lei Maria da Penha: um grande passo

Uma das maiores ferramentas das brasileiras para protegê-las é a Lei Maria da Penha, a primeira lei específica que estabeleceu mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Criada em homenagem a biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia, que lutou por 20 anos para ver seu agressor, o próprio marido, condenado, esta Lei foi sancionada em agosto de 2006, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, trazendo importantes mudanças na forma como até então os crimes de violência contra a mulher eram tratados.

Algumas delas são: o fim das impunidades aos agressores e das penas secundárias (pagamentos de cestas básicas, multas etc.); a possibilidade da prisão em flagrante; o aumento da pena de 06 meses a 01 ano para 03 meses a 03 anos; a melhor orientação, assistência e segurança à mulher, com a criação de equipes multidisciplinares e juizados especiais que garantem mais agilidade e melhores investigações aos processos, dentre outras.

Além disso, a partir da lei, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres colocou à disposição um número de telefone (180) destinado a receber denúncias de violência e orientar o atendimento.

Desafios a serem enfrentados

A partir da criação da Lei Maria da Penha, os casos de violência contra a mulher passaram a ser mais divulgados nas mídias, já que as vítimas de agressão têm agora mais coragem para fazer denúncias. Porém, isso também significa que tais ocorrências ainda existem e não são poucas.

Segundo dados da pesquisa “Mapa da Violência do Instituto Sangari”, de 2011, a partir de informações do DATASUS/Ministério da Saúde, entre 1998 e 2008 cerca de 42 mil mulheres foram mortas no país, uma média de 10 mulheres assassinadas por dia. Deste total, 40% foram mortas dentro da própria casa. Da mesma forma, a Organização Internacional do Trabalho também mostra que 52% das mulheres do Brasil já sofreram assédio sexual.

Além disso, números comprovam que, apesar das mulheres terem conquistado cargos e responsabilidades cada vez maiores no mercado de trabalho, elas ainda ganham menos que os homens e são deixadas de lado quando mães. Segundo pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), divulgada em março de 2009, o rendimento médio por hora de trabalho das mulheres casadas com filhos é de R\$ 5,89, contra R\$ 6,91 daquelas sem filhos. A taxa de desemprego das que não possuem filhos (13,1%) também é menor do que a das que possuem (15,6%), comprovando a preferência dos empregadores.

Para tentar mudar esse cenário e garantir seus direitos, uma das principais lutas atuais das mulheres é a ampliação da licença-maternidade para 180 dias. Após tal reivindicação estar inserida nas pautas da Campanha Salarial 2011, alguns grupos patronais concederam o benefício para as trabalhadoras, mas muitos ainda resistem. Por isso, a discussão continua no Congresso Nacional, fundamentada nos estudos da Sociedade Brasileira de Pediatria, “que apontam o quanto é fundamental as crianças serem amamentadas por 180 dias, já que o aleitamento materno reduz drasticamente os índices de diversas doenças nas crianças e nas mães, e conseqüentemente as taxas de absenteísmo nas empresas.

EXPEDIENTE

Jornal Especial do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher

www.stimsalto.org.br / contato@stimsalto.org.br

Diretor responsável: Alexandre Garcia Ribeiro

Secretaria de Imprensa - Responsável:

Aparecido Duarte

Redação e diagramação: KR Comunicação

Integrada (www.krcomunicacao.com.br);

jornalista responsável:

Karina Ap. Camargo – MTB: 44332;

Impressão: Gráfica Periscópio – Itu/SP;

Tiragem: 4.500 exemplares – distribuição dirigida

Os esforços dos Sindicatos em busca da igualdade dos gêneros

Mais do que fiscalizar, denunciar e cobrar soluções e mudanças, o principal papel dos sindicatos, no que se refere ao combate do preconceito e desrespeito à mulher, é a conscientização.

Ao conscientizar empresários, os Sindicatos asseguram ações igualitárias; ao conscientizar os homens, eles garantem respeito; e ao conscientizar as mulheres, combatem a impunidade.

Através de suas secretarias especializadas, tais órgãos representantes dos trabalhadores e de toda a população, também pro-

movem diversas ações que visam a melhora das relações sociais.

Em março de 2011, por exemplo, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher, o Sindicato dos Metalúrgicos de Salto lançou uma cartilha contra a violência à mulher (foto). O principal intuito do material foi o de servir principalmente como uma ferramenta periódica de informação, trazendo importantes conteúdos sobre o tema, como por exemplo, a Lei Maria da Penha, os tipos de violência, as formas de denúncia e a relação de serviços e locais de auxílio.



FESTA EM HOMENAGEM AO DIA DAS MULHERES PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM!!



Sócio: entrada grátis

Retirar convite com representante sindical de cada empresa ou na sede do sindicato

10/03

- ✓ **Bebidas com preço acessível**
- ✓ **Banda Livre Acesso**
- ✓ **Sorteio de brindes**

R\$ 10,00
não sócio